



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA OITAVA (8ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano dois mil e dezesseis realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Oitava (8ª) Sessão Ordinária do Quarto (4º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 28 de março de 2016. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antônio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Cinoê Duzo, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 33, de 2016, de autoria da Mesa da Câmara Municipal, “instituinto gratificação mensal aos servidores, que integram a Comissão Permanente de Licitações, Pregoeiro e Equipe de Apoio da Câmara Municipal de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 34, de 2016, de autoria da mesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “fixando o subsídio dos vereadores, para o quadriênio 1º/01/2017 a 31/12/2020”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 35, de 2016, de autoria da Mesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “fixando o subsídio do Prefeito e vice-prefeito, para o quadriênio 1º/01/2017 a 31/12/2020”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Lei nº 36, de 2016, de autoria da Mesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “fixando o subsídio dos secretários municipais, para o quadriênio 1º/01/2017 a 31/12/2020”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei nº 37, de 2016, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 19/2016, datada de 22/03/2016, objeto do Ofício nº 19/2016, de igual data, “autorizando o município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a conceder anuência para constituição de garantia hipotecária, em favor da empresa Sabó Indústria e Comércio de Autopeças S/A, da área de terreno recebida do município de Mogi Mirim, sob a forma de doação contemplada pela Lei Municipal nº 3.940, de 20 de maio de 2004”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Lei Complementar nº 05, de 2016, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 18/2016, datada de 21/03/2016, objeto do Ofício nº 18/2016, de igual data, “dispondo sobre alteração da Lei Complementar nº 207, de 27 de dezembro de 2006, que estabeleceu o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Estatuto do Magistério Público de Mogi Mirim e respectivo plano de carreira e salários da rede municipal de ensino”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com o Ofício nº. 19/2016, o Sr. Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp solicitou fosse o Projeto de Lei nº. 37/2016 apreciado em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54 da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento nº 93/2016. Autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: reitero Requerimento nº 635/2014 e requeiro ao senhor prefeito, à Secretaria de Mobilidade Urbana e à Secretaria de Obras e Planejamento, a implantação de ‘lombadas’ (redutores de velocidade), na Av. Alcindo Barbosa, na altura do nº 780, Parque da Imprensa. Requerimento nº 95/2016. Autoria: Luzia Cristina Côrtes Nogueira. Assunto: Requeiro informações a respeito de cargos comissionados, na Prefeitura de Mogi Mirim. Requerimento nº 96/2016. Autoria: Osvaldo Aparecido Quaglio. Assunto: requer a convocação da Secretária de Finanças, Elisanita Aparecida de Moraes, no dia 11 de abril, às 18h30, para informações sobre o cálculo da Contribuição da Iluminação Pública, em Mogi Mirim. Requerimento nº 97/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, através de suas secretarias competentes, informações referentes às providências, que estão sendo tomadas, para colocação e substituição das placas de identificação, nos logradouros do município. Requerimento nº 98/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: Requeiro ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp e a secretaria competente, informações sobre a reativação da iluminação pública, na Praça Catarino Marangoni, localizada no Bairro Tucuru. O Requerimento nº 94/2016, de autoria do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, solicitando, “à Secretaria de Obras Serviços e Habitação, a convocação do representante da empresa Mazza Fregolente, vencedora da licitação de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prestação de serviços da iluminação pública, para comparecer, na sessão, da Câmara Municipal, no dia 4 de abril, às 18h30”, teve a discussão requerida pelo Vereador Laércio Rocha Pires, conforme dispõem os Artigos 152, § 3º; e 153, IX, do Regimento Interno; (à “Ordem do Dia” da próxima sessão). Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação nº 162/2016. A autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: indico a manutenção da iluminação pública, no entorno da Igreja da Santa Cruz. Indicação nº 166/2016. A autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: solicito à Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana, a implantação de sinalização e redutores de velocidade (lombadas), na Rua Rio de Janeiro. Indicação nº 167/2016. A autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: solicito ao à Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana, a implantação de sinalização e redutores de velocidade (lombada), na Rua Rachide Ajub Andrade. Indicação nº 168/2016. A autoria: Laércio Rocha Pires. Assunto: solicito à Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana, a implantação de sinalização e redutores de velocidade (lombadas), na Rua Santa Cruz. Indicação nº 169/2016. A autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, através da secretaria competente, imediata coleta de entulhos e limpeza, na rua João Carlos da Cunha Canto, localizada no Bairro Jardim Silvânia. Indicação nº 170/2016 A autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, através da secretaria competente, imediata manutenção, no pavimento asfáltico da Rua José Lovo, localizada no Bairro Jardim Aurora. Indicação nº 171/2016 A autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, através da secretaria competente, imediata manutenção, no pavimento asfáltico, na Avenida Luiz Gonzaga de Amôedo Campos. Indicação nº 172/2016. A autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, através da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

secretaria competente, imediata limpeza e roçagem do mato, no Cemitério Municipal de Mogi Mirim. Indicação nº 173/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, através da secretaria competente, imediata poda de árvores, existentes no muro do Lar São Francisco de Assis, localizado no Bairro Jardim Nazareth. Indicação nº 174/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, através da secretaria competente, imediata manutenção, no pavimento asfáltico, na rua Doutor Alexandre Coelho, localizada no Bairro Jardim Áurea. Indicação nº 175/2016. Autoria: Daniel Gasparini dos Santos. Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, através de sua secretaria competente, atuação do serviço tapa buracos, ou recapeamento, em toda extensão dos bairros Parque Novacoop, Jardim Flamboyant, Jardim Santa Clara e adjacências, diante de inúmeras reclamações feitas pelos munícipes, moradores da região. Indicação nº 176/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, através da secretaria competente, imediata manutenção na iluminação pública, na Rua Professora Zelândia Araújo Ribeiro, localizada no Bairro Jardim Santa Helena. Indicação nº 177/2016. Autoria: Jorge Setoguchi. Assunto: solicito ao Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, através da secretaria competente, imediata manutenção na iluminação pública, na Avenida Brasil, localizada no centro. Indicação nº 181/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente, realize manutenção na malha asfáltica, na Avenida Expedito Quartieri, nas proximidades dos Condomínios Santa Úrsula e Santa Mônica. Indicação nº 182/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, para que o departamento competente realize operação ‘tapa buracos’, na Avenida Tamoios, no Mogi Mirim II. Indicação nº 183/2016. Autoria: Manoel E. P. Cruz Palomino. Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Luís Gustavo Antunes Stupp, junto à secretaria competente,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

providências e viabilidade, para isenção de tarifas de pedágio, aos veículos da Guarda Civil Municipal e demais veículos da Prefeitura, conforme portaria da ARTESP nº 13/2014. Indicação nº 184/2016 Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico, ao departamento competente, que realize operação ‘tapa buracos’, na esquina das Ruas Ederaldo Silveira Bueno e Guiomar Maretti Marangoni. Indicação nº 185/2016 Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, que realize operação tapa buracos na Rua Fernando Cesar Campos, no Jardim Bicentenário. Indicação nº 186/2016. Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize recuperação do meio fio na Rua Dante Alighieri Vita. Indicação nº 187/2016 Autoria: Luís Roberto Tavares. Assunto: indico para que o departamento competente, realize manutenção na infraestrutura do Teatro de Arena. Indicação nº 188/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, junto à Secretaria de Mobilidade Urbana e à Secretaria de Obras, Habitação e Serviços, providências, para implantação de lombada/valeta, na Rua Garcia Novo, em frente ao nº 164, Centro. Indicação nº 189/2016. Autoria: Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, em conjunto, com a Secretaria de Obras, Habitação e Serviço/Gerência de Limpeza Pública, a limpeza e roçagem do mato, na Rua João Bernardi, ao lado do nº 467, Bairro Vila Pichateli. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção nº 23/2016. Autoria: Cinoê Duzo. Assunto: Moção de Pesar pelo falecimento da senhora Odete Polydoro, ocorrido em 19 de março de 2016. Moção nº 24/2016. Autoria: João Antônio Pires Gonçalves. Assunto: moção de congratulações e aplausos, ao senhor Eduardo Donizete Boniolo, pelo lançamento do livro Perícias em Falências e Recuperação Judicial. Moção nº 25/2016. Autoria: Jorge Setoguchi.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Assunto: moção de pesar, com um Minuto de Silêncio, pelo falecimento do senhor Nilo Côrrea, ocorrido no dia 17 de março de 2016. Moção nº 26/2016. Autoria: Cinoê Duzo.

Assunto: moção de pesar pelo falecimento da senhora Lúcia Helena Rodrigues Alves, ocorrido em 22 de março. Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, como o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, inscrito, desistisse da palavra, ocupou a tribuna a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Relativo à Comissão Especial de Inquérito - CEI, aprovada na última sessão, quero informar, que encaminhei ofício aos líderes de bancadas, na data de hoje. Às bancadas de vereador único também. Aguardarei o quanto antes, que os líderes me enviem o nome dos representantes, ou declinem participação, por escrito. Na semana passada, estive no Seminário de Cultura de Mogi Mirim. Presentes as Vereadoras Maria Helena, Luzia e eu. Foi um evento importante, onde pudemos tomar conhecimento das diferentes áreas da cultura, representadas pelas pessoas, que lidam com isso, no dia a dia. Tivemos noção de que a cultura, em Mogi Mirim, não está caminhando, está esquecida, tanto na dança, quanto teatro, música, artes plásticas. É triste de se ver os artistas talentosíssimos, tais como, Luiz Dalbo, de cinema e teatro, que apresentou filmes e teatros fantásticos, reconhecidos em outras cidades. Aqui, não são reconhecidos. Fica, mais uma vez, o meu apelo a esta área tão importante”, declarou. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi. “Registrar, mais uma vez, que a zona rural teve problemas de roubo, no Bairro Boa Vista. Nós, da zona rural, pedimos que volte a atuação da Patrulha Rural, para dar segurança ao povo da zona rural. Fiz requerimento, a respeito da Praça Catarino Marangoni. A iluminação pública da praça está apagada. Peço à secretaria competente, que ilumine a praça, novamente, por motivo de segurança. Também fiz indicações para a Rua José Lovo, no Jardim Aurora, pedindo a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

operação ‘tapa buracos’, já que a cidade está esburacada, totalmente. Também para o Cemitério Municipal, que está perdido, no mato. Estou fazendo indicação, para que se resolva o problema. São vários munícipes reclamando do mato, no cemitério. Na Rua João Carlos da Cunha Canto há um problema sério de coleta de entulhos e galhos. Fiz indicação, mas estamos com problemas, na cidade toda. Peço à secretaria competente, que resolva, porque, nesta época do ano, o mato cresce mais rápido. Estamos no quarto ano da administração Gustavo Stupp e, até agora, não conseguiram fazer uma programação necessária”, salientou. Como o próximo orador inscrito, Vereador Laércio Rocha Pires, desistisse do uso da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Leonardo David Zaniboni. “Primeiramente, citar um fato interessante, ocorrido na política nacional, data de hoje. Foi dada entrada, na Câmara dos Deputados, um projeto de iniciativa popular, contra à corrupção. Foi elaborado pelo Ministério Público Federal, em agosto de 2015. Projeto este, tendo como base os fatos da Operação Lava Jato. Eu penso, que seja um projeto para se inteirar, porque a população, com certeza, estará acompanhando tudo isso e ele será aprovado. Isto é um grande avanço, contra a corrupção, no país. O projeto recebeu mais de dois milhões de assinaturas. Com um milhão e meio de assinaturas, ele já poderia ser protocolado. Muito mais assinaturas, que as necessárias. A Operação Lava Jato estima mais de cinquenta bilhões de reais, por ano, desviados, pela corrupção, no Brasil. Devemos ficar atentos e nos inteirar sobre este projeto, que pode ser, mude o futuro do país, em relação à corrupção. Outro assunto, que eu queria levantar. Não precisa ser agora, mas no intervalo, ou entre as sessões, porque eu gostaria de conversar com todos os vereadores, é sobre o projeto de Lei nº 33/2016, para o qual ainda tenho minhas dúvidas. Conversei com o Presidente da Câmara, na semana passada, ele me explicou a importância disso, mas eu ainda tenho muitas dúvidas relativas a este projeto da Comissão Permanente de Licitações e dos FGs de funcionários. Eu gostaria de conversar, com todos os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vereadores, no intervalo. Penso que devemos tirar dúvidas, se o projeto é realmente necessário, se os valores de FGs são necessários, porque, sinceramente, eu, num primeiro momento, sou contrário a isto, mas eu quero debater mais e, com todos juntos, o debate será enriquecido”, aclarou. O Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, respondeu ao Vereador do Solidariedade, que a reunião se daria, no intervalo da primeira sessão. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. “Gostaria de falar de minhas indicações. Todos sabem, que a cidade está sob buracos. Fiz vários pedidos, para operação ‘tapa buracos’. Na Avenida Expedito Quartieri, próximo aos Condomínios Santa Mônica e Santa Úrsula. Na Avenida Tamoio, no Mogi Mirim II. Na esquina, entre as Ruas Ederaldo Silveira Bueno, com Rua Guiomar Maretti Marangoni. Na Rua Fernando César Campos, no Jardim Bicentenário. E na Rua Dante Aligheri Vita, a recuperação do meio fio. Tem mais operação ‘tapa buracos’, que vou pedir, nesta semana, mas cinquenta por cento deste problema, dos buracos, advêm de trabalhos que o SAAE faz e abandona. Fazem o buraco, para sanar algum vazamento, ou manutenção, e um mês depois, fazem a recuperação. Mas não é bem esta a realidade. Na Rua Tupinambá, tem um buraco, que já faz quatro meses está aberto. Isto consta, na justificativa do nosso pedido. Saiu uma matéria, no jornal, sobre o lago do Complexo Lavapés. Da semana passada, para esta semana, o verde, que cobre o lago, a vegetação, ela dobrou de volume. Até o final da semana, o lago estará cem por cento coberto. Estamos pedindo à prefeitura, que tome providências. E retome o trabalho de desassoreamento no Complexo Lavapés. Não sei porque está parado. Quem administra isto é a prefeitura, mas a verba veio da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Semana Mundial da Água. Antigamente, em administrações anteriores, havia um trabalho focado na recuperação de nascentes, no plantio de árvores, na conscientização de crianças, jovens e populares. A Prefeitura soltou uma nota, no Diário Oficial, apenas isso. ‘Como economizar no banho,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

torneiras, chuveiro e lavando calçadas’. Infelizmente, para quem ganhou uma eleição, usando a questão da sustentabilidade, nada se faz para o meio ambiente e nada se faz na Semana Mundial da Água. Espero, que o próximo Executivo faça algo sobre isso. Por último, gostaria de passar para vocês, que sou muito cobrado, na rede social Facebook e no Whatsapp e tenho tentado dar retorno para todas as ligações. Peço a população, que me acompanha, que tenha paciência, porque não é fácil, principalmente, via Whatsapp. Se não respondo, ficam bravos. Nestes últimos dias, recebi duas ligações. Uma delas, para resgatar um animal, em Martim Francisco, quando até a Polícia Ambiental entrou na jogada. Parabéns à equipe, que trabalhou. Os moradores, residentes próximos à Rodovia dos Agricultores, estão pedindo a presença da Polícia Ambiental, por causa de uma onça. Estão com medo. Sobre a segurança, damos este respaldo também. Nós, vereadores, recebemos vários tipos de pedidos”, disse. O próximo orador foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. “Na última sessão, efetuei algumas reclamações a respeito da limpeza nas praças públicas, cortes irregulares e a demora na limpeza do mato cortado. O Cristiano respondeu nos jornais, que a limpeza é efetuada, em três dias. Apenas quero informar, que quando faço uma reclamação, na verdade, estou apenas transmitindo as reclamações dos munícipes. Se fossem três dias, eu não teria reclamado, certamente. Foram bem mais, do que três dias. Foram trinta dias, vamos deixar esclarecido. Até passei por algumas praças, para ver como estavam. Algumas continuam do mesmo jeito, outras já efetuaram a limpeza, sim. Gostaria apenas de dizer, que eu transmito as reclamações aqui, na tribuna, ou através de indicações, ou requerimentos. Na verdade, essas reclamações verdadeiras são de todos nós, munícipes. Outro assunto, que também comentei na semana passada, foi sobre a possibilidade dos desvios de dinheiro, do Mogi Mirim Esporte Clube - MMEC. Foi noticiado, nos jornais, e tive conhecimento, que alguns sócios antigos, tais como, Henrique Stort, que foi ídolo do MMEC, na década de 1970, entraram com petição, na Justiça, solicitando a quebra



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de sigilo bancário do ex-presidente do MMEC, Rivaldo Ferreira, e esposa, para que tudo fique esclarecido. É um levantamento de informações e à confrontação daquilo que foi mencionado, pelo ex-vice-presidente do clube, Wilson Bonetti, para que tudo seja esclarecido e para que, principalmente, o patrimônio do MMEC seja preservado. Isto é o que temos que ter, em mente. E que o patrimônio não seja surrupiado, de forma escandalosa, como tem acontecido. Evidentemente, que os campos de treinamento – CTs sejam trazidos de volta à posse do MMEC. É o que todos pleiteamos. Espero, que a verdade seja esclarecida, que venha à tona e que, tudo se resolva. Outro assunto, aquele que o Vereador Leonardo levantou. Também me preocupa o projeto das comissões, para alguns funcionários da Casa, a respeito de licitação. Antes da sessão, conversei com alguns vereadores e com o próprio Presidente. Conversei e senti a preocupação dele, relativa ao funcionamento da Casa. É uma situação complicada, devemos ter cautela e resolver. Concordo, plenamente, com o Vereador Leonardo. Na situação, que estamos, hoje, com a perda de empregos, generalizada, em todos os setores, fazer um esforço para desenvolver um trabalho, para o andamento correto da Casa, não faria mal a ninguém. Mas, evidentemente, estamos para colaborar com o Presidente, com os Vereadores e com o andamento da Casa”, registrou. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira. “Na Ordem do Dia há o Projeto de Lei nº 12/2016. A Vereadora Maria Helena pedirá adiamento, por trinta dias. Coloco minha posição, como representante dos funcionários e como vereadora. Não tínhamos ideia, de que entraria, na sessão, de hoje, para votação. Entramos em contato com o sindicato, para convocação de servidores, para estarem a par deste projeto, que diz respeito a eles. Penso, que não podemos votá-lo, sem dar ciência aos servidores. Peço, que os colegas pensem e acolham o adiamento e nos deem a oportunidade de convocar o presidente e o advogado do sindicato, aqui, para discutir conosco. Relativo à Comissão Especial de Inquérito, convocada pela Vereadora Dayane,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

digo que o PSB escolherá um de nós, durante o intervalo”, explicou. Também fez uso da palavra o Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino. “Vereadora Dayane, relativo à CEI, a bancada do PPS indicará meu nome, o qual formalizarei, via ofício. Relativo ao adiamento, sou funcionário público. É importante e antecipo, que serei favorável ao adiamento, que será proposto pela Vereadora Maria Helena”, afirmou. Como o próximo orador, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, desistisse da palavra, discursou a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. “Recebemos a pauta, no horário do almoço. Eu tomei conhecimento, mais a tarde, sobre a pauta de hoje. Peço o apoio e vou explicar o porquê do adiamento, que vou propor ao Projeto de Lei nº 12/2016, para votação, em primeiro turno. Dispondo sobre as diretrizes, para instauração de sindicância e de processo administrativo disciplinar, no âmbito da administração direta e da indireta, e dando outras providências. O SAAE, incluso também. Peço licença à CJR, porque entendo e acho necessário, que temos que ouvir o Presidente do Sindicato dos Servidores. Saber o que ele pensa, sobre as novas diretrizes. A lei, de 2006, está vigente e regulamentada. A administração propõe novas diretrizes. Eu entendo. A comissão de acompanhamento de um caso de sindicância e instauração de processo administrativo disciplinar, composta pelos Vereadores Luiz, Luzia, Manoel e eu, constatou que não houve indícios, ou provas, embora três funcionários envolvidos tenham sido demitidos. Estou acompanhando o caso, até hoje, torcendo, para que, dentro em pouco, sejam reintegrados na administração municipal. Mas, efetivamente, ainda não aconteceu. As novas diretrizes não falam em registro, ou causas, e já se instala o processo administrativo. Se o servidor perceber e não entregar o seu amigo, por uma infração, que este cometa, ele também será penalizado, dentro do processo administrativo. Fala ainda, que qualquer um pode fazer a denúncia, no site da prefeitura! E eles vão entender se é cabida, ou não, a tal denúncia. Ora! Sem provas, ou indícios, já se instaura o processo. Portanto, eu peço trinta dias de adiamento e espero ter o apoio dos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

senhores, para a presença do Presidente do Sindicato dos Servidores, aqui. Que venha. É uma maneira dele falar a todos, não somente aos membros das comissões. Eu tenho apoio da presidência e peço, que os vereadores avaliem, com carinho, pois, quando temos um governo sério, acredita-se no caminhar de uma comissão. Todavia, quando não se tem um governo sério, que muda o elemento de uma sindicância, como muda de roupa, por exemplo, é preciso ter cuidado. Ora! Depende do gosto do chefe? É uma avaliação que devemos fazer, com cuidado e zelo”, argumentou. O próximo orador foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio. “Ouvi, atentamente, o discurso do Vereador Jorge, com relação aos assaltos, na zona rural. Nós temos, que tomar uma providência. Não sei o quê. O problema está gravíssimo. E não são só assaltos. Problema é mais sério. A integridade física das pessoas está por um fio. Os meliantes, os ladrões, os vagabundos tiram sarro da cara de todo mundo: das famílias, da Polícia Militar, da Guarda Civil Municipal, da Polícia Civil, dos vereadores e de todo mundo, na cidade. Nos últimos assaltos – são vários, por semana – eles zombaram das pessoas e foram categóricos, em afirmar, que não seriam presos. E com indagações de que não havia perigo, ‘porque o pessoal não está preocupado’. Quando falam ‘pessoal’, querem dizer a polícia. A situação está complicadíssima. Há um mês, numa festa, os ladrões ficaram umas seis horas, na festa, fizeram reféns e foram, com eles, para outras casas, na zona rural, para roubar. Temos que tomar uma providência, estudar um meio, convocar, extraoficialmente, para uma conversa, as autoridades políticas, a PM, a GCM, a Polícia Civil, para uma ação conjunta, visando deter os meliantes. Gostaria, que os vereadores se empenhassem nisso, porque as pessoas, na zona rural, não têm mais condições de ir ao seu próprio terreiro à noite, porque correm o risco de serem assaltadas e rendidas. Chegamos ao absurdo de saber de uma pessoa, que ao sair de casa, deparou-se com os ladrões, que estavam atravessados, na estrada, e apontaram a arma. Outro caso, os ladrões roubaram quase tudo e prometeram que voltariam, para levar o resto, e, alguns



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dias depois, retornaram àquela casa e roubaram o resto. Tudo o que puderam. Quinze dias depois. Levaram o que tinha sobrado. Quero pedir uma força aos demais vereadores, gostaria de receber apoio de todos, para vermos o que podemos fazer. Não dá mais, para continuar, e é sempre o mesmo grupo, de oito, ou dez bandidos”, explanou. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho. “Relativo à CEI, proposta pela Vereadora Dayane, afirmo que participarei, representando o PROS. Saúde não é brincadeira e seremos usuários, amanhã. Sobre a segurança, é difícil falar. Temos a PM, a Polícia Civil e a GCM. Os bairros rurais e periféricos são os mais prejudicados. Acredito, que uma das únicas soluções seria aumentar o efetivo policial. O Delegado Titular de Mogi Mirim não tem quantidade suficiente de agentes, para trabalhar nas ruas. A PM também, opera com quantidade mínima de homens. Às vezes, encontramos um quartel, com cem homens, mas eles são divididos, em cargas horárias a serem cumpridas. Vemos as dificuldades da GCM também. Uma das formas reais de mudança é a contratação de mais homens. Agora, de que forma contratar mais homens, isso é que é o difícil. Tenho um assunto sério a tratar. Caracteriza improbidade. É em relação a servidores públicos do município. Só que vou me resguardar, até a semana que vem. Tenho uma Inicial nas mãos, a qual vou apresentar, no Ministério Público, amanhã. O assunto é sério. Eu não queria chegar neste ponto. Pensam, que temos cara de palhaço e de bobo, como já disse. A gente fala com o secretário e pede, que ele faça e ele, simplesmente, te enrola e não faz, mas ninguém é perfeito e quando fazemos marcação cerrada, como eu faço, pegamos a pessoa fazendo o que não era para ser feito. A partir semana que vem, vou mencionar a distribuição que farei junto ao MP”, explicou. Como o próximo inscrito, Vereador Ary Augusto Reis de Macedo, desistisse do uso da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Benedito José do Couto. “Registrar à Vereadora Dayane, Presidente da CEI, que, democraticamente, serei eu o representante da bancada do PV, fazendo parte da mesma,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para apuração de possíveis irregularidades, na saúde. Como disse o Vereador Waldemar, saúde é o mais importante. Falar mais um pouco sobre o Parque das Laranjeiras. Continuo atento, cobrando. A obra está parada, mas o Vereador Pires e eu estamos atentos, cobrando o Secretário de Obras, para que dê continuidade no serviço. A chuva atrapalha, um pouco também, pois não deixa executar o serviço. Ainda que devagar, o serviço está caminhado e esperamos vê-lo concluído, pelo menos, aquilo que foi prometido”, esclareceu. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. “Quero abordar assunto, que está no jornal O Popular, matéria que relata o problema do Zerão. O jornal pergunta o que é? Se é uma lagoa, se é um campo de futebol, e responde que não, que é o abandono do Zerão. Ali foram gastos um milhão, quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos, para desassorear o lago, para limpá-lo, em definitivo. E o resultado, após seis meses, está pior do que antes. E aí? Onde está a fiscalização da prefeitura? Várias vezes contatei o Secretário de Obras, para irmos até o local e fazermos fiscalização, em conjunto. Nem se dignou, em me responder. É por isso que ninguém mais quer investir em Mogi Mirim. Porque não se sabe onde vai parar o dinheiro! É como o quadro, do programa Fantástico: cadê o dinheiro que estava aqui? A draga, no lago, e só para enfeite. As pessoas passam e a draga está lá, bonita, mas sem utilidade alguma. Muito dinheiro. Dava para planejar o local, como um cartão postal, semelhante ao Parque Taquaral, em Campinas, ou talvez um lampejo do Parque Ibirapuera, em São Paulo, mas não, está pior. Está pior do que antes. E se as ‘alfaces aquáticas’ tomarem conta de todo lago, a oxigenação estará totalmente prejudicada e causará mortandade de peixes. O caso é sério. Dinheiro veio, onde está o dinheiro? Não fez o que era para ser feito, coloca-se duas dragas, tira o mato e só. Não! De jeito algum. É dinheiro público sim. Cadê o supersecretário, que responde por tudo e por todos? Mogi Mirim terra de ninguém. Ninguém dá satisfação de nada. Terra do Nunca. Nerverland, de Michel Jackson. Rascunho de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prefeito, moleque, horroroso. Tolerância zero, em todos os setores. Quando ele fala que não tem dinheiro, por que, então, mantém secretários, com altíssimos salários? Fica o meu protesto. Se os recursos estão aí, por que não foram devidamente aplicados? Se a prefeitura tem trezentos comissionados, por que meia dúzia deles não estão lá, fiscalizando, fazendo uma caminhada? Cara de pau. Ele tem mais oito meses, para afundar ainda mais a cidade, no buraco. Horroroso. Ele não está nem aí. Nos oito meses restantes, se tivesse vergonha na cara, como Dilma deveria ter, pegaria a sua malinha e sairia da prefeitura de Mogi Mirim. Pede para sair”, registrou. Não havendo mais Vereadores inscritos, o Sr. Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**”, e deu ciência à Casa da existência de orador, regularmente inscrito, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções n.ºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara convidou para que adentrasse ao Plenário o *Senhor André Theodoro, que falou em nome da Família Marques Carvalho, o qual versou sobre uma permuta ocorrida, em 1987, entre a citada família e a Prefeitura de Mogi Mirim*, discurso este, que foi gravado em formato digital, à disposição nos arquivos da Casa, por trinta dias. Para a Tribuna Livre, o Sr. Presidente da Câmara suspendeu a Sessão às 19h41, para reabri-la, posteriormente, às 20h10. Ato contínuo, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h11, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução n.º 276/2010 (Regimento Interno vigente), não sem antes convidar todos os vereadores, para uma reunião, na Sala da Presidência, relativa ao Projeto de Lei n.º 33/2016. Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da “**ORDEM DO DIA**”, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:**



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

1. Projeto de Lei nº 05, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre permissão de uso, a título gratuito, de bens públicos, que especifica, à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim e dando outras providências”. Fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro. “O projeto está em segundo turno de votação, mas, como, na semana passada, eu não discuti o projeto, uso da palavra apenas para informar, que se trata de um valor obtido, através de emenda parlamentar. Com este valor, a Secretaria de Saúde comprou equipamentos, para o setor de Neurologia. É um setor, que a Santa Casa precisa muito, que funcione, pois, atualmente, tais serviços são terceirizados. Com a aprovação do projeto, haverá redução de custos”, colocou; (submetido a votos, em Sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei nº 05/2016, do Prefeito de Mogi Mirim); (à sanção do prefeito de Mogi Mirim); **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Lei nº 12, de 2016, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre as diretrizes para instauração de sindicância e de processo administrativo disciplinar, no âmbito da administração direta e da indireta, e dando outras providências”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do Plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 100/2016, de autoria da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, “conforme o que reza o Artigo 156, VI, combinado com os Artigos 113, § 5º, II, e 169, do Regimento Interno, o Adiamento, por trinta (30) dias da discussão e votação do Projeto de Lei nº 12/2016, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (colocado a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou, unanimemente, o Requerimento de Adiamento nº 100/2016); (aguardem-se trinta (30) dias e insira-se o Projeto de Lei nº 12/2016 na “Ordem do Dia” da próxima Sessão). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

"EXPLICAÇÃO PESSOAL", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Como o primeiro inscrito, Vereador Daniel Gasparini dos Santos, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna a Vereadora Dayane Amaro Costa. “Na semana passada, fiquei triste, porque recebi uma Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN, por parte do prefeito, naquele projeto, de minha autoria, de placas, com mensagens educativas, para vagas destinadas a pessoas com deficiência e idosos. Já discutimos isso aqui, diversas vezes. Não é problema só de Mogi Mirim, mas problema que ocorre constantemente. Pessoas estacionam nessas vagas, sem terem identificação, sem terem necessidade de utilizarem tais vagas. Fiquei triste, mas não foi a primeira vez. Já aconteceu. Outros vereadores também já sofreram com ações de inconstitucionalidade, se não me engano, o Manoel Palomino. Eu entendo o lado jurídico, mas me entristece não a ADIN, mas que ele, o prefeito, não faça. Se o problema é que a iniciativa veio do Legislativo, ele que execute a proposta através do Executivo. Ele proponha. Se o projeto é bom, por que travar? Eu, no lugar dele, sendo prefeita, pensaria: não tenho motivos para uma ADIN. Ou pensaria: vou entrar com a ADIN, mas vou propor a mesma coisa, mandar projeto, porque a ideia é magnífica e deve funcionar assim. Penso, que temos que perder a questão do ego, só porque a proposta veio de vereador da oposição. Travar, porque é dele. Mas é algo bom, para a população. Quem acaba sofrendo, com tais situações, é a população. Fica algo, para ser pensado pelo Poder Executivo e pelos vereadores, que se propuseram a ser pré-candidatos a prefeito. Nós nos vemos de mãos atadas, sem força alguma. Inúmeras ideias, que traduzem os anseios da população, transformadas em lei, aprovadas, e depois, simplesmente, travadas, sem evolução. O segundo ponto que eu queria tratar é sobre a Rua Napoleão Benatti, no Bairro Saúde. Sei que o Vereador Osvaldo já fez pedidos, para a mesma rua. Fui procurada por um morador da rua. A situação está precária, com relação à limpeza, mato alto, rua abandonada. Isto acaba



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

por comprometer a segurança das pessoas, que transitam pelo local e a dos moradores. Reforcei o pedido e se todos os vereadores puderem apoiar, principalmente, os da base, que estão próximos ao Poder Executivo, peço que algo seja feito pela Rua Napoleão Benatti”, declarou. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que convidou todos para a próxima reunião do Conselho de Segurança – CONSEG, na quarta-feira, dia 30, no Plenário da Câmara Municipal. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. “Eu ouvi vereadores falando a respeito da segurança, na zona rural, mas não podemos esquecer da periferia da cidade, que está um caos. Como o Vereador Osvaldo é do partido do Governo do Estado, quero, com todo respeito, convidá-lo para irmos, os dezessete vereadores, até o Palácio Bandeirantes, para peitarmos o Governador e seus secretários, principalmente, o de Segurança, e assim, não terão como negar o pedido de uma cidade toda. Nós, dezessete vereadores, vamos fazer uma cotização, alugar uma Van e não ficar na conversa. Geralmente, vereador bate e fala, mas não tem ação. Acho que devemos levar a ideia avante. Peço, que o amigo contate os deputados do PSDB. Vou contatar o nosso Deputado David Zaia, PPS/SP, para que nos acompanhe, numa audiência, com o Governador, independentemente, de partido político, porque temos que fazer, haja vista que a tendência é piorar. É uma ideia e vamos amadurecê-la. Sabemos, que uma reunião com o Governador não se faz de um dia para outro. Mas quero pedir o apoio do Osvaldo, para irmos até o Palácio dos Bandeirantes, porque a população precisa acreditar em alguém. Convido os dezessete vereadores. Certamente, os deputados firmes do PSDB vão nos apoiar, para esta audiência com o Governador e Secretário de Segurança Pública. Sei que o amigo vai se empenhar. Não é seu caso, vereador Osvaldo, mas aqui, pessoas já estiveram ao lado, bateram, bateram e não fizeram nada. O PPS se coloca à disposição, para esta ponte, para somarmos. Juntos, os dezessete. Quero agradecer e dizer, que o caso do Parque das Laranjeiras, inclusive, hoje mencionado na reunião com Dona Benedita Noronha, segundo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

informação dos responsáveis, assim que cessem as chuvas, farão um mutirão para resolver o problema. Eu estive presente com o prefeito e fiquei revoltado. O prefeito entrou num buraco, onde cabiam dois prefeitos dentro. Ao invés, dele resolver este problema na Rua 32, ele, simplesmente, jogou um caminhão de terra, por lá, e não deu sequência. A primeira chuva que deu, levou tudo embora. Ficou pior, do que antes. Não precisa ser engenheiro, para saber o que se precisa fazer. Passar uma máquina esteira, que pode muito bem fazer a manutenção das ruas do Parque das Laranjeiras. É só querer. Se toparem, eu até faço uma cotização, para compra do óleo Diesel”, frisou. Como os próximos oradores inscritos, Vereadores Leonardo David Zaniboni, Luís Roberto Tavares, Luiz Antônio Guarnieri, Luzia C. C. Nogueira, Manoel E. P. C. Palomino, Marcos Bento Alves de Godoy, Maria Helena Scudeler de Barros e Osvaldo Qualio, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Waldemar Marcurio. “Só para declarar apoio ao Vereador Pires. Se for necessário, faço doação de trezentos litros de óleo Diesel, para trabalhar no Parque das Laranjeiras, embora eu saiba, que o problema não é este. Crateras, onde cabe um carro dentro. Uma esteira poderia melhorar as partes mais críticas, sim. Quando o vereador for falar com o Secretário Valdir Biazotto, pode lhe informar, que farei a doação de combustível”, afirmou. Como os próximos inscritos, Vereadores Ary Augusto Reis de Macedo e Benedito José do Couto, desistissem da palavra, discursou o Vereador Cinoê Duzo. “Abordar assunto da insegurança, com a qual convivem nossos amigos, na zona rural. Acordam de madrugada, dedicam-se dia e noite, chuva, ou sol, estão na lida. Sem a dedicação do povo da zona rural, nós não teríamos o prato de cada dia, na mesa. O que eles precisam são duas coisas básicas: a estrada, para escoar a produção e garantir o ir e vir e, em segundo lugar, a segurança. Eles têm o mesmo direito das pessoas, que moram na cidade, pagam impostos, precisam e clamam: pelo amor de Deus, olhem por nós! Façam o mínimo de segurança possível e é lógico, que a Patrulha Rural tem que ser reativada. As



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

peças da roça são dignas e têm o direito à segurança, educação e saúde. Aos nossos amigos da roça, da zona rural, digo que podem contar com o Vereador Cinoê. Do jeito que a situação está, não dá. Mais um descaso do rascunho de prefeito. Certamente, logo irão bater palmas, nas casas dos produtores, fazendo promessas infundadas e pedindo votos. Socorro para zona rural já”, salientou. Esgotados os oradores, o Presidente da Casa deu ciência a todos de carta, datada de 28 de março de 2016, subscrita pelo Sandro Henrique Natividade, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Mogi Mirim. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso **MINUTO DE SILÊNCIO** pelo passamento dos senhores *Nilo Corrêa* e *Odete Polydoro*, falecidos, recentemente. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h38, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM